



**Estratégia**  
Carreira Jurídica

**5° SIMULADO DA**

**PCPR**

## INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso Delegado da PCPR.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8:30 às 13:00** para responder às questões;
- 6 – Nesta edição realizaremos um concurso de bolsas e premiaremos os cinco primeiros colocados. Para concorrer, basta preencher o formulário eletrônico até as 13:00 (horário de Brasília). [Clique aqui para acessar a íntegra do regulamento.](#)
- 7 - O gabarito será [disponibilizado no blog do Estratégia Concursos](#) às 10h do dia 22 de junho de 2020.

### PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-PC-PR-11-07>

Cartão de Respostas							
1		21		41		61	81
2		22		42		62	82
3		23		43		63	83
4		24		44		64	84
5		25		45		65	85
6		26		46		66	86
7		27		47		67	87
8		28		48		68	88
9		29		49		69	89
10		30		50		70	90
11		31		51		71	91
12		32		52		72	92
13		33		53		73	93
14		34		54		74	94
15		35		55		75	95
16		36		56		76	96
17		37		57		77	97
18		38		58		78	98
19		39		59		79	99
20		40		60		80	100

**PROVA OBJETIVA****DIREITO ADMINISTRATIVO**

Thálius Moraes

**01.** Ao tratarmos de uma sociedade anônima, cuja criação foi autorizada por lei, em que o Estado detém a maioria de suas ações, é correto afirmar que esse ente

- a) possui personalidade jurídica de direito privado e tem a finalidade exclusiva de prestar serviço público.
- b) constitui uma forma de empresa pública, sob o controle do Estado, regida pelo direito privado, como parte integrante da Administração Pública.
- c) possui servidores que não se encontram submetidos à vedação de acúmulo remunerado de cargos, empregos e funções.
- d) dispensa o procedimento de licitação para contratação de obras, compras e serviços, uma vez que possuem personalidade de direito privado.
- e) não poderia ter adotado uma outra forma de modalidade societária.

**02.** Quando o Estado se responsabiliza pela prestação de determinado serviço público de sua titularidade, o faz mediante a distribuição interna de competências entre órgãos responsáveis por essa atividade. Essa distribuição interna de competências, entre órgãos e agentes pertencentes a uma mesma pessoa jurídica, é denominada

- a) descentralização administrativa, caso em que há a ruptura do vínculo hierárquico.
- b) desconcentração política, caso em que se mantém o vínculo hierárquico.
- c) delegação administrativa, com a consequente ruptura do vínculo hierárquico.
- d) desconcentração administrativa, caso em que se mantém o vínculo hierárquico.
- e) desconcentração administrativa, caso em que há a ruptura do vínculo hierárquico.

**03.** Ao tratamos da Administração Pública, considere os seguintes itens como V (verdadeiro) ou F (falso).

- ( ) Os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são aplicáveis à Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
- ( ) A criação de subsidiárias encontra-se submetida ao princípio da reserva legal.
- ( ) De acordo com o princípio da publicidade, é vedado que na publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos conste nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Assinale a alternativa que corresponde corretamente aos itens

- a) V - V - V.
- b) V - V - F.
- c) V - F - F.
- d) F - F - V.
- e) V - F - V.

**04.** De acordo com as regras constitucionais e das disposições doutrinárias e jurisprudenciais acerca da acessibilidade aos cargos públicos, é correto afirmar que

- a) a aprovação em concurso público de provas, ou de provas e títulos, é requisito indispensável para o acesso aos cargos públicos.
- b) os aprovados dentro das vagas previstas no edital não possuirão direito subjetivo à nomeação em determinados casos excepcionais, diante de situações supervenientes, relevantes e inevitáveis.
- c) a desistência de candidato melhor colocado não é situação passível de gerar direito subjetivo à nomeação para o candidato que estava fora das vagas.
- d) o portador de visão monocular não se enquadra como deficiente para fins de concorrer

nas vagas reservadas aos portadores de deficiência.

e) a fase de títulos possui caráter eliminatório e classificatório.

**05.** Acerca dos poderes do administrador público abaixo relacionados, assinale a alternativa que trata do poder que concede ao administrador público a prerrogativa de escolher, dentre várias opções possíveis, aquela que oferece a mais adequada ao interesse público.

- a) Poder vinculado.
- b) Poder regulamentar
- c) Poder discricionário.
- d) Poder hierárquico.
- e) Poder disciplinar.

**06.** Sobre os Poderes Administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) A aplicação de penalidades no exercício do poder de polícia sempre respeitará o devido processo legal, ainda que a ampla defesa seja concedida posteriormente à aplicação da penalidade.
- b) O poder de polícia administrativa é sempre exercido preventivamente.
- c) O poder disciplinar não se destina a punição de particulares, sendo aplicado exclusivamente na punição de servidores.
- d) O poder regulamentar, ao dar fiel execução à lei, inova no ordenamento jurídico, complementando a legislação.
- e) Com base no poder hierárquico o administrador público poder dar ordens, fiscalizar, punir e avocar competências de seus subordinados.

**07.** Os atos administrativos representam uma manifestação unilateral de vontade da Administração Pública ou de quem lhe faça as vezes, no exercício da função administrativa. Sobre esse tema, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

( ) São elementos dos atos administrativos a competência, a finalidade, a forma, a motivação e o objeto.

( ) Conforme a teoria dos motivos determinantes, todos os atos administrativos devem ser motivados, de forma que se os motivos alegados forem falsos ou inexistentes, o ato será ilegal.

( ) Os atos praticados mediante direito privado não são considerados atos administrativos.

( ) O silêncio administrativo produz efeitos de concordância, salvo nos casos vedados pela lei.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) F – F – F – F.
- b) V – F – V – F.
- c) F – F – V – F.
- d) F – V – F – V.
- e) V – V – V – V.

**08.** Considerando as disposições doutrinárias acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada, em qualquer situação, a revogação de atos vinculados.
- b) O atributo da imperatividade dos atos administrativos reflete a possibilidade de que todos os atos administrativos sejam impostos perante terceiros, independentemente de sua vontade.
- c) Atos compostos implicam duas vontades que se fundem em um único ato.
- d) Por motivo de conveniência e oportunidade, desde que respeitados os direitos adquiridos, o Poder Judiciário poderá revogar os atos praticados pela Administração.
- e) A revogação de um ato administrativo opera efeitos ex tunc.

**09.** Acerca da convalidação dos atos administrativos, considere os próximos itens.

I - A convalidação somente pode ser realizado por uma autoridade superior à autoridade que praticou o ato convalidado.

II - A convalidação produz efeitos retroativos.

III - Atos nulos não são passíveis de convalidação.

IV - Embora vícios no elemento forma sejam passíveis de convalidação, existem exceções.

É correto apenas o disposto em

- a) I, II, III e IV.
- b) I, III e IV.
- c) II e IV.
- d) II e III.
- e) II, III e IV.

**10.** Sebastião, motorista de uma ambulância municipal, estava dirigindo em alta velocidade, em razão do atendimento de uma emergência, quando abalroou um veículo particular que estava parado no semáforo. Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) O proprietário do veículo particular poderá ajuizar a ação indenizatória contra o Município ou contra Sebastião.
- b) No caso em tela, tanto a responsabilização na ação principal, quanto na ação regressiva, independem da comprovação de dolo ou culpa do agente público responsável pelo dano.
- c) Nessa situação narrada, com base no risco integral, a responsabilidade estatal se dá de forma objetiva.
- d) É incabível o litisconsórcio passivo nesses casos.
- e) Inexiste dever estatal de indenizar, pois, nesses casos, é permitido que o veículo público transitasse em velocidade acima da permitida.

**11.** Considerando as disposições legais, doutrinárias e jurisprudenciais predominantes aplicáveis ao tema responsabilidade civil do Estado, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- ( ) O Estado responde diretamente pelos danos causados pelos cartorários.
- ( ) A participação da vítima no evento danoso tem o condão de atenuar, ou até mesmo de excluir, a responsabilização estatal, dependendo do caso concreto.
- ( ) Uma causa excludente da ilicitude penal afasta a responsabilidade civil do Estado.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V - V - V.
- b) V - V - F.
- c) V - F - F.
- d) F - V - F.
- e) F - F - V.

**12.** Acerca dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- a) A permissão de serviços públicos é formalizada por meio de um contrato administrativo, pelo qual a Administração Pública transfere a execução de determinada atividade de interesse público a pessoa jurídica ou a consórcio de empresas.
- b) A autorização de serviço público deve ser precedida de licitação, cuja modalidade irá variar de acordo com a situação concreta.
- c) Para a concessão de serviços públicos, deve-se adotar, obrigatoriamente, como modalidade licitatória, a concorrência, sendo inadmissíveis as contratações diretas.
- d) A cobrança da tarifa será condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.
- e) A prestação indireta de serviços públicos privativos do Estado é realizada por intermédio de delegação a empresas estatais.

**13.** Acerca da extinção dos serviços públicos, considere os próximos itens.

I. A encampação é a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

II - A declaração de caducidade da concessão poderá ser feita, dentre outras situações, quando a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido

III - Após a declaração de caducidade, será verificada a inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

Está correto apenas o disposto em

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I.

**14.** Sobre o controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) Entre os vários instrumentos existente para o controle administrativo da Administração Pública, são admitidos a representação, a reclamação, o mandado de segurança e o recurso administrativo.
- b) O controle externo das finanças públicas que cabe ao Poder Legislativo é realizado com o auxílio do Ministério Público de cada ente da Federação.
- c) Com base na autotutela administrativa, a Administração Pública, ao realizar o controle de legalidade de seus atos, poderá revogá-los por critérios de conveniência e oportunidade.
- d) Cabe somente à Administração Pública a possibilidade de revogar os próprios atos, por critérios de conveniência e oportunidade, mediante o controle de mérito administrativo.
- e) Não cabe ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

**15.** Acerca do controle judicial dos atos praticados pela Administração Pública, considere os seguintes itens.

- I - A teoria dos motivos determinantes sustenta que a apreciação judicial dos motivos apresentados como justificadores de um ato administrativo não caracteriza invasão do juízo discricionário do poder executivo.
- II - Caso a Administração pratique um ato administrativo discricionário que tenha sido expedido em desacordo com o princípio da moralidade e da proporcionalidade, não será

cabível o controle judicial desse ato, tendo em vista o Princípio da Tripartição de Poderes.

III - A coisa julgada administrativa impede a revisão judicial da decisão proferida.

IV - O controle judicial, em alguns casos, pode ser realizado de forma preventiva, precedendo a edição do ato maculado de vício.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) III e IV.
- d) I e III.
- e) I e IV.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Adriana Fauth**

**16.** No que se refere à CF e ao poder constituinte originário, julgue assinale a questão correta:

- a) Para Ferdinand Lassale a Constituição é fruto de uma decisão política fundamental.
- b) No sentido jurídico, a Constituição Federal possui fundamentação sociológica, política ou filosófica.
- c) No sentido sociológico, a Constituição Federal reflete a somatória dos fatores reais do poder dentro de uma sociedade.
- d) Carl Schmitt, considera a Constituição uma norma política pura, puro dever-ser, sem qualquer conotação sociológica, política ou jurídica.
- e) Hans Kelsen é o representante do sentido político que distingue Constituição de leis constitucionais, para ele tudo aquilo que não é decisão política fundamental não é Constituição, é Lei Constitucional.

**17.** O inciso XIII do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil prevê que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. A respeito da classificação das normas constitucionais o inciso citado é classificado como norma constitucional de:

- a) eficácia plena.
- b) eficácia relativa restringível.
- c) eficácia absoluta.
- d) eficácia limitada.
- e) eficácia programática.

**18.** A respeito do Poder Constituinte, assinale a alternativa correta.

- a) Uma vez que o Povo é o titular do Poder Constituinte Originário o seu exercício será realizado sempre de forma democrática.
- b) Considerando que o Distrito Federal se organiza através de lei orgânica pode-se afirmar que não há manifestação do poder constituinte derivado decorrente nessa entidade federativa.
- c) O exercício do Poder Constituinte Derivado Revisor permitia a alteração do texto constitucional de forma simplificada, pelo voto da maioria simples dos membros do Congresso Nacional, em sessão conjunta.
- d) O poder constituinte supranacional busca a sua fonte de validade na cidadania universal, no pluralismo de ordenamentos jurídicos, na vontade de integração e em um conceito moderno de soberania.
- e) O poder constituinte difuso é caracterizado como um poder jurídico, formalizado nas constituições.

**19.** Sob a luz da Constituição Federal, jurisprudências e doutrinas, assinale a alternativa correta a respeito dos direitos e garantias fundamentais:

- a) A instituição de recurso contra decisão tomada por tribunal do júri conflita com a garantia da soberania de seus veredictos, prevista constitucionalmente.
- b) No tocante a orientação jurisprudencial majoritária, o habeas corpus é remédio constitucional que tem por objetivo a proteção do direito de locomoção e, por este motivo, não se presta, em hipótese alguma, para afastar decisão judicial que decreta a quebra do sigilo bancário.

c) Contra ato de conteúdo jurisdicional que ofender ao princípio da moralidade administrativa caberá ação popular.

d) A instituição do tribunal do júri assegura a plenitude da defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e competência para julgar e processar os crimes dolosos contra a vida, podendo a lei infraconstitucional ampliar as suas competências.

e) Um empregado de uma empresa privada foi demitido com a justificativa de que ele estava desviando dinheiro da empresa. Nesse caso, o empregado despedido pode impugnar o ato de demissão mediante mandado de segurança.

**20.** Acerca do Supremo Tribunal Federal (STF) e de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Os ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta da Câmara Federal.
- b) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de 11 Ministros, escolhidos entre cidadãos com mais de 30 e menos de 60 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) O Conselho Nacional de Justiça é composto por 13 membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- d) O STF poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de um terço dos seus membros, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação a todos os órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- e) Compete ao STF a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

**21.** Sob a luz da Constituição Federal, jurisprudências e doutrinas, assinale a alternativa

correta a respeito dos direitos e garantias fundamentais:

- a) Admite-se impetração de habeas corpus contra um hospital particular que prive um paciente do seu direito de liberdade de locomoção.
- b) É possível a instauração de inquérito policial baseado unicamente no conteúdo de denúncia anônima.
- c) O Ministério Público pode determinar a violação de domicílio alheio para a realização de uma busca e apreensão de materiais e equipamentos que possam servir como prova em um processo.
- d) A nacionalidade brasileira é condição necessária e suficiente para propor ação popular visando à declaração de nulidade de ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural.
- e) O duplo grau de jurisdição consubstancia garantia constitucional.

**22.** Relativamente às normas da Constituição Federal atinentes à organização do Estado, à organização dos Poderes e aos direitos do consumidor vigentes, assinale a alternativa correta:

- a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos dotados de autonomia e aos quais a Constituição Federal atribui os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si, para o exercício das suas competências.
- b) A superveniência de normas gerais editadas pela União no exercício de competência concorrente com os estados suspenderá a legislação específica por estes editada naquilo em que ela for contrariada.
- c) A constituição estadual, em face do princípio da simetria, pode definir os crimes de responsabilidade do governador do estado, ampliando as hipóteses previstas no texto da Constituição Federal, para fazer as adaptações necessárias no nível estadual.
- d) Os estados federados têm competência exclusiva para criar, incorporar, fundir e

desmembrar municípios, desde que observados os limites temporais previstos em lei federal e dependerão de confirmação através de referendo da população diretamente interessada.

e) A exploração dos serviços de gás canalizado em determinado estado poderá, em caso de urgência, ser regulamentada por medida provisória editada pelo governador.

**23.** Assinale a alternativa que apresenta mecanismo de controle repressivo de constitucionalidade atribuído pela Constituição ao Poder Legislativo:

- a) a sustação, pelo Congresso Nacional, de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.
- b) a resolução do Congresso Nacional que suspende os efeitos de norma declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) o parecer elaborado pelas Comissões de Constituição e Justiça das Casas legislativas no curso do processo legislativo.
- d) a possibilidade de rejeição do veto do Presidente da República a projetos de lei.
- e) a competência para eleger membros do Conselho da República.

**24.** De acordo com a Constituição Federal, as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, irão produzir:

- a) efeitos entre as partes e eficácia vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.
- b) efeitos a partir de sua publicação em veículo impresso oficial e eficácia entre as partes.
- c) eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos órgãos da administração direta e indireta.
- d) eficácia contra todos, a partir de edição de Resolução do Senado suspensiva dos efeitos da norma inconstitucional.
- e) efeito vinculante em relação aos órgãos do Legislativo, nas esferas federal, estadual e municipal.



**25.** No que se refere ao Poder Legislativo, assinale a alternativa correta:

- a) O Tribunal de Contas da União é subordinado ao Poder Legislativo, do qual é órgão auxiliar e de orientação.
- b) Compete, exclusivamente, ao Senado Federal julgar anualmente as contas prestadas pelo presidente da República e apreciar os relatórios acerca da execução dos planos de governo.
- c) Os senadores são eleitos segundo o princípio majoritário simples, para mandato de oito anos, com três suplentes cada.
- d) A eleição para o Senado Federal realiza-se mediante o denominado sistema majoritário absoluto.
- e) É da competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar o presidente da República a se ausentar do país, quando a ausência exceder a quinze dias.

**26.** No que se refere ao Poder Executivo, assinale a alternativa correta:

- a) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa ou extinção dos cargos vagos.
- b) É da competência do presidente da República julgar os pedidos de extradição de brasileiros naturalizados.
- c) Compete privativamente ao Presidente da República, na abertura da sessão legislativa, enviar mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.
- d) Compete privativamente ao Presidente da República, prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
- e) Compete privativamente ao Presidente da República, vetar, apenas integralmente, projetos de lei.

**27.** A respeito da segurança pública, assinale a alternativa:

- a) As infrações penais militares, cometidas por policiais militares de um estado, devem ser apuradas pela polícia civil desse estado.
- b) As corporações consideradas forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se aos governadores dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.
- c) É permitido ao Governador do Paraná criar instituto geral de perícias estadual e inseri-lo no rol constitucional dos órgãos encarregados do exercício da segurança pública.
- d) O cumprimento pela polícia militar de uma ordem judicial de busca e apreensão ou a realização de um flagrante de tráfico de drogas é suficiente para contaminar os mencionados atos.
- e) As normas constitucionais pertinentes às vantagens concedidas aos militares das Forças Armadas não se aplicam aos militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.

**28.** De acordo com a Constituição Federal de 1988, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Com base no conhecimento sobre a matéria e de acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) Integram o rol dos órgãos responsáveis pela segurança pública, conforme mencionados na Constituição Federal de 1988, o Ministério Público e as Secretarias de Estado de Segurança Pública.
- b) A Polícia Federal destina-se a exercer, com exclusividade, as funções de Polícia Judiciária da União.
- c) Às Polícias Cíveis, dirigidas por Delegados de Polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de Polícia Judiciária e de apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- d) A Polícia Rodoviária Federal destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais e estaduais.

e) A Polícia Civil destina-se, dentre outras funções, a apurar infrações penais e exercer as funções de polícia de fronteiras.

**29.** A Constituição Federal de 1988 garante à família, ao idoso, à criança e ao adolescente tratamento prioritário e reconhece que estes são grupos vulneráveis, portanto merecedores de especial atenção. De acordo com o seu conhecimento sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

a) Segundo a redação constitucional, os direitos e deveres da sociedade conjugal são exercidos com igualdade entre o homem e a mulher, salvo quanto as obrigações para com o lar, por se tratar de natural vocação da mulher.

b) Apenas a família é a responsável por colocar a criança a salvo da opressão e da discriminação, de acordo com a Constituição da República de 1988, não cabendo ao Estado intervir.

c) A CF tornou obrigatória a participação de entidades não governamentais em programas estatais de atenção à saúde da criança, do adolescente e do jovem.

d) A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

e) O direito à proteção especial ao jovem implica a possibilidade de admissão ao trabalho apenas a partir dos 16 anos de idade.

**30.** O Controle de Constitucionalidade existe como forma de garantir a supremacia da Constituição Federal, impedindo que norma infraconstitucional entre em contrariedade ou que reduza o que está estabelecido na lei maior. Analise as afirmações abaixo:

I – Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de Câmara ou Turma de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

II – A chamada Inconstitucionalidade por ação vincula-se à ideia de um comportamento ativo por parte do Poder Público que diverge dos princípios constitucionalmente consagrados.

III – A ação de inconstitucionalidade por omissão pode ser proposta no caso de não se proceder às providências normativas para efetivar normas constitucionais que requeiram regulamentação ulterior.

IV – A inconstitucionalidade material ocorre quando é desrespeitado todo o processo para as formações das leis pré-fixado na Constituição.

V – A inconstitucionalidade material se vislumbra quando a lei, embora criada por autoridade competente e conforme o procedimento estabelecido, apresenta dispositivos que confrontam a Constituição.

Estão corretas apenas as afirmativas:

a) I, II, III e IV.

b) II, III, IV e V.

c) I, III, IV e V.

d) I, II, III e V.

e) I, II e V.

## **DIREITO PENAL**

**Ivo Martins**

**31.** Levando em consideração as disposições do Código Penal, assinale a alternativa correta.

a) para os efeitos penais consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

b) ficam sujeitos à lei brasileira, mesmo que praticados no estrangeiro, os crimes de injúria, calúnia e difamação contra o Presidente da República do Brasil.

c) aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo

correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil, é aplicável a lei do país de origem.

d) quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, a sentença estrangeira não pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis.

e) considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, exceto se em outro local produziu ou deveria produzir-se o resultado.

**32.** Quanto à eficácia temporal da Lei Penal, assinale a assertiva correta:

a) Novatio legis in pejus é a lei supressiva de incriminação.

b) Novatio legis incriminadora é a lei nova que incrimina fato anteriormente considerado lícito.

c) Novatio legis in melius é a lei nova que modifica o regime anterior, agravando a situação do sujeito.

d) Abolitio criminis é aplicável às leis temporais e excepcionais.

e) Ultra atividade é lei nova modifica o regime anterior, beneficiando a situação do sujeito.

**33.** Quanto ao concurso de agentes, assinale a que está de acordo com o dispositivo penal:

a) Um dos pressupostos para o concurso de agentes é o acordo prévio de vontades sem o qual, cada um responderá pelo efetivamente cometeu, ocorrendo então a autoria colateral.

b) Autoria incerta é sinônimo de autoria ignorada, incidindo quando há incerteza sobre quem, dentre os agentes das várias condutas, produziu o resultado.

c) O Código Penal adota a teoria pluralista, equiparando os participantes. No entanto, há hipóteses em que o mesmo Código atribui outro crime para a conduta de terceiro, acatando, nesses casos, a teoria unitária ou monística.

d) O ajuste, a determinação ou a instigação e o auxílio são puníveis ainda que os atos executórios não tenham sido iniciados.

e) na cooperação dolosa distinta ou desvio subjetivo entre participantes, aplica-se a pena do crime menos grave ao participante que o pretendia, podendo esta ser aumentada até a metade se o resultado era previsível.

**34.** Ketlen Lopes, ao sair da casa de sua vó, à noite, é rendida por um indivíduo que a estupra brutalmente, preferindo-lhe várias ameaças. Aproveitando-se de uma desatenção do bandido, Ketlen foge e, ao atravessar a rua, é atropelada por um veículo. Ketlen Lopes morre imediatamente no local. Qual a correta tipificação para a conduta do indivíduo que atacou Ketlen?

a) homicídio.

b) homicídio e estupro em concurso material.

c) homicídio e estupro em concurso formal.

d) estupro.

e) estupro qualificado pelo resultado morte.

**35.** No tocante aos Crimes contra o Patrimônio, assinale a assertiva correta:

a) O Código Penal não prevê o crime de receptação de animal.

b) no crime de receptação é inadmissível a modalidade culposa.

c) O delito de receptação não admite a forma qualificada.

d) O crime de receptação requer a existência de crime antecedente, sendo que seu sujeito ativo não pode ter sido concorrente desse crime anterior. O crime de apropriação indébita requer dolo posterior e não antecedente à detenção da coisa, pois nesse caso se poderá falar da ocorrência do crime de estelionato.

e) A receptação na modalidade imprópria admite tentativa.

**36.** De acordo com o CP, no que concerne ao crime de aborto, marque a questão correta.

a) não se pune o aborto em caso de gravidez resultante de estupro, desde que haja consentimento da gestante, mesmo sendo incapaz.

b) Matar sob a influência de estado puerperal o próprio filho, durante o parto, é conduta denominada auto aborto.

c) a interrupção de gravidez por médico, a fim de salvar a vida daquela, não depende de prévio consentimento da gestante.

d) A pena da gestante e do médico que interrompe a gravidez a pedido daquela é igual.

e) a licitude da interrupção da gravidez de feto anencéfalo veio por meio de alteração legislativa.

**37.** Na ação penal condicionada à representação do ofendido, a retratação pode ocorrer enquanto não:

a) recebida a denúncia.

b) prolatada a sentença.

c) oferecida a denúncia.

d) recebida a queixa-crime.

e) oferecida a queixa-crime.

**38.** André, à noite, almejando subtrair um computador, entra em repartição pública com a chave que tinha em razão do cargo. Entretanto, pensa sobre as implicações da sua conduta, motivo pelo qual deixa o local sem nada subtrair. Ocorre que o segurança da repartição, informado sobre a intenção de André, o aborda na saída e efetua sua prisão em flagrante. Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que a conduta de André:

a) é atípica em razão da desistência voluntária.

b) é atípica em razão do arrependimento eficaz.

c) é atípica em razão do arrependimento posterior.

d) configura tentativa de peculato em virtude da desistência voluntária.

e) configura tentativa de peculato em virtude do arrependimento eficaz.

**39.** De acordo com o CP, marque a questão correta.

a) os crimes serão processados por ação penal pública ou privada, por sua vez, as contravenções penais aceitam somente a ação penal privada.

b) A doutrina brasileira majoritária adota o conceito formal de crime definindo-o como conduta que ofenda bens jurídico-penais.

c) é cabível a tentativa tanto nas contravenções penais quanto nos crimes.

d) A doutrina brasileira majoritária adota o conceito analítico de crime, definindo-o como conduta típica, antijurídica, culpável e punível.

e) O Direito Penal brasileiro adota a teoria bipartida das infrações penais, dividindo-as em crime e contravenção penal.

**40.** Quanto ao erro, assinale a assertiva correta:

a) Erro de proibição direto é a incorreta interpretação de uma excludente de ilicitude.

b) Erro sobre a pessoa é o erro de tipo acidental, em que há representação incorreta sobre a pessoa contra a qual a conduta é praticada.

c) Erro de tipo permissivo é a falsa percepção do agente sobre um dado da realidade que é necessário para a configuração do crime.

d) Erro de tipo é a falsa percepção do agente sobre a existência de uma excludente de ilicitude.

e) Erro de proibição indireto é a incorreta interpretação da norma penal incriminadora.

**41.** De acordo com os Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

a) Folha de antecedentes criminais não é documento válido para comprovar maus antecedentes e reincidência.

b) para ter direito à atenuante no caso do crime de tráfico de drogas, não é necessário que o réu admita que traficava, podendo dizer que era mero usuário.

c) Condenações transitadas em julgado podem ser utilizadas como conduta social desfavorável.

d) não se aplica o princípio da insignificância a casos de transmissão clandestina de sinal de internet e radiofrequência.

e) A legitimidade para a execução fiscal de multa pendente de pagamento imposta em sentença condenatória é exclusiva do Ministério Público.

**42.** A consumação ocorre nos crimes:

- a) omissivos próprios, com a omissão.
- b) de mera conduta, com o resultado naturalístico.
- c) omissivos impróprios com a prática do ato que produz resultado naturalístico.
- d) culposos, com o ato imprudente, imperito ou negligente.
- e) permanentes, quando cessa a permanência.

**43.** Analise as assertivas e marque a que está de acordo com os Tribunais Superiores:

- a) caracteriza bis in idem o reconhecimento das qualificadoras de motivo torpe e de feminicídio no crime de homicídio praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar.
- b) Perda de dois dentes configura lesão gravíssima e não grave.
- c) a ausência de laudo pericial impede que a materialidade do delito de lesão corporal de natureza grave seja reconhecida por outros meios.
- d) A qualificadora do meio cruel é compatível com o dolo eventual.
- e) A competência para julgar estelionato que ocorre mediante depósito ou transferência bancária não é do local onde se situa a agência que recebeu a vantagem indevida.

**44.** De acordo com os Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- a) no tipo penal de roubo, a quantidade de majorantes pode, por si só, estabelecer o quantum de aumento na terceira fase.
- b) A sentença penal condenatória, na qual a execução da pena tenha sido extinta há mais de cinco anos pode justificar os maus antecedentes, mas não pode justificar o reconhecimento da reincidência.
- c) na segunda fase da dosimetria da pena, a pena intermediária pode ser fixada aquém do mínimo legal.
- d) A sentença condenatória definitiva pela prática de delito posterior poderá configurar maus antecedentes, porém o trânsito em julgado tem

que ocorrer antes do julgamento do primeiro delito.

e) distintas ações penais em curso podem justificar o reconhecimento de maus antecedentes.

**45.** O crime pode ter como sujeito passivo:

- a) o meio ambiente e os animais ameaçados de extinção.
- b) o ser humano e a coletividade.
- c) objetos e animais.
- d) semoventes e ser humano.
- e) o ser humano e os animais.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**Victor Hugo Borges**

**46.** De acordo com o Código de Processo Penal, é cabível ao juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar a

- a) Homem que, condenado pelo crime de corrupção passiva, seja o único responsável pelos cuidados do seu filho de dez anos de idade.
- b) mulher que tenha praticado o crime de abandono de incapaz contra seu filho de cinco anos de idade.
- c) pessoa de setenta e cinco anos de idade condenada pela prática do crime de estelionato.
- d) gestante condenada pelo crime de furto qualificado, desde que já tenha ultrapassado o sétimo mês de gravidez.
- e) mulher que, condenada pelo crime de roubo, tenha filho de um ano de idade.

**47.** O sistema acusatório:

- a) Se caracteriza por separar as funções de acusar e julgar e por deixar a iniciativa probatória com as partes.
- b) Se verifica quando a Constituição prevê garantias ao acusado.
- c) Tem sua raiz na motivação das decisões judiciais.
- d) Vigora em sua plenitude no direito brasileiro.

e) privilegia a acusação, sendo próprio dos regimes autoritários.

**48.** Assinale a alternativa incorreta:

a) A lei processual penal admite interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

b) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado de ofício, mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

c) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.

d) No Distrito Federal e nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade com exercício em uma delas não poderá, nos inquéritos a que esteja procedendo, ordenar diligências em circunscrição de outra, devendo, neste caso, expedir carta precatória.

e) Em relação à aplicação da lei processual penal no espaço, vigora o princípio da territorialidade.

**49.** A respeito do processo penal, é correto afirmar que

a) Por força de mandamento constitucional, o exercício do contraditório deve ser garantido ainda no curso do inquérito policial, não obstante a sua natureza administrativa e pré-processual.

b) Maria, vítima de estupro, comunicou o fato à autoridade policial na delegacia de polícia. Chamada, seis meses depois, para fazer o reconhecimento de um suspeito, Maria o identificou com segurança. Neste caso, Maria tem o prazo de seis meses para representar contra o suspeito, iniciando-se a contagem, inclusive, do dia em que fez o reconhecimento na delegacia de polícia.

c) Maria, vítima de estupro, comunicou o fato à autoridade policial na delegacia de polícia. Chamada, seis meses depois, para fazer o reconhecimento de um suspeito, Maria o identificou com segurança. Caso Maria seja menor de dezoito anos de idade, cabe ao seu representante legal fazer a representação junto à

autoridade policial no prazo legal, sob pena de decadência do direito.

d) Aos crimes militares aplicam-se as mesmas disposições do Código de Processo Penal, excluídas as normas de conteúdo penal que tratam de matéria específica diversa do direito penal comum.

e) Impera no processo penal o princípio da verdade formal, próprio e copiado do processo civil, em que, se o réu não se defender, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor.

**50.** São princípios constitucionais explícitos do processo penal:

a) ampla defesa e intervenção mínima.

b) presunção de inocência e lesividade.

c) intervenção mínima e duplo grau de jurisdição.

d) presunção de inocência e ampla defesa.

e) lesividade e intervenção mínima.

**51.** Em se tratando de processo penal, assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, uma fonte direta e uma fonte indireta:

a) Costume e lei.

b) Costume e jurisprudência.

c) Doutrina e jurisprudência.

d) Princípios gerais do direito e doutrina.

e) Lei e costume.

**52.** Enquanto organizava procedimentos que se encontravam no cartório de determinada Vara Criminal do Tribunal de Justiça, o servidor identifica que há um inquérito em que foram realizadas diversas diligências para apurar crime de ação penal pública, mas não foi obtida justa causa para o oferecimento de denúncia, razão pela qual o Delegado de Polícia elaborou relatório final opinando pelo arquivamento. Verificada tal situação e com base nas previsões do Código de Processo Penal, caberá ao:

a) juiz realizar diretamente o arquivamento, tendo em vista que já houve representação nesse

sentido por parte da autoridade policial, cabendo contra a decisão recurso em sentido estrito.

b) Ministério Público realizar diretamente o arquivamento, caso concorde com a conclusão do relatório da autoridade policial, independentemente de controle judicial.

c) delegado de polícia, em caso de concordância do juiz, realizar diretamente o arquivamento após retorno do inquérito policial para delegacia.

d) Ministério Público promover pelo arquivamento, cabendo ao juiz analisar a homologação em respeito ao princípio da obrigatoriedade.

e) juiz promover pelo arquivamento, podendo o promotor de justiça requerer o encaminhamento dos autos ao Procurador-Geral de Justiça em caso de discordância, em controle ao princípio da obrigatoriedade.

**53.** A ação penal é prerrogativa de pedir ao Estado – Juiz a aplicação das normas de direito penal ao caso concreto. A respeito da ação penal podemos afirmar, exceto:

a) A ação penal pode ser conceituada como o direito público subjetivo de pleitear ao Estado Juiz a aplicação do direito penal objetivo ao caso concreto.

b) Na falta de quaisquer das condições da ação penal pública, o juiz poderá rejeitar liminarmente a peça inicial.

c) Na ação penal pública condicionada a representação a legitimidade ad causam, no polo ativo, em regra, cabe ao ofendido ou seu representante legal.

d) A ação penal não poderá ser iniciada sem novas provas quando o inquérito policial for arquivado pelo Ministério Público.

e) O princípio da paridade de armas é mitigado pelo princípio da oficialidade na Ação Penal Pública incondicionada.

**54.** Sobre as diversas modalidades de ação penal, é correto afirmar:

a) Em caso de morte do ofendido, o direito de intentar a ação privada propriamente dita se

transmite ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão da vítima.

b) O prazo decadencial para o oferecimento da requisição pelo Ministro da Justiça na ação penal condicionada é de seis meses.

c) A ação penal privada subsidiária da pública fere o comando constitucional que atribui ao Ministério Público a titularidade da ação penal.

d) Com a revogação do crime de adultério, deixou de existir no ordenamento jurídico brasileiro a chamada ação penal privada personalíssima.

e) A perempção poderá ser reconhecida em qualquer momento do inquérito policial, bem como antes ou, ainda, após iniciada a ação penal.

**55.** A ação penal:

a) Pública condicionada e pública incondicionada tem como titular o Ministério Público e são promovidas por denúncia.

b) Pública condicionada e privada tem como titular o ofendido e são promovidas mediante queixa.

c) Privada personalíssima só pode ser promovida pelo ofendido, mas, uma vez morto o titular, o direito de queixa pode ser exercido pelos ascendentes, descendentes ou pelo cônjuge.

d) Nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.

e) Pública condicionada depende de requisição do Ministro da Justiça, quando o crime é praticado contra o Presidente ou Vice-Presidente da República.

**56.** A respeito de perícias em geral, julgue os itens abaixo:

a) Tanto os peritos oficiais quanto os oficiais deverão prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, sob pena de nulidade do laudo.

b) Não se fará necessária a realização de autópsia quando, em caso de incêndio, o corpo da vítima estiver totalmente carbonizado e não houver sinais de ocorrência de infração penal a apurar.

- c) O exame de corpo de delito deverá ser realizado entre as seis e as dezoito horas.
- d) Não havendo peritos oficiais, o exame poderá ser realizado por pessoas idôneas, desde que portadoras de instrução secundária.
- e) Na hipótese de não ter sido encontrado o objeto furtado será impossível a avaliação econômica para fins de prova.

**57.** No processo penal brasileiro:

- a) A prova emprestada é aquela buscada num processo e trasladada para outro qualquer.
- b) Não são aceitos os indícios no processo penal brasileiro.
- c) Não há, no Código de Processo Penal, procedimento específico a ser seguido no caso de reconhecimento de pessoas e coisas.
- d) Os documentos podem ser juntados em qualquer fase do processo, sem exceção.
- e) A cada prova apresentada por uma das partes, não é exigido que se dê oportunidade para a manifestação da outra parte.

**58.** Para a decretação da prisão preventiva se faz necessário:

- a) Prova de autoria e materialidade.
- b) Prova de autoria e indícios de materialidade.
- c) Indícios suficientes de autoria, prova da materialidade de crime doloso e motivação.
- d) Prova de autoria, indícios de materialidade, motivação e que o crime seja doloso.
- e) que, em havendo flagrante, o juiz transforme o flagrante em prisão preventiva.

**59.** Entre os crimes abaixo, não caberá prisão temporária, em hipótese alguma, em caso de:

- a) Sequestro.
- b) Extorsão.
- c) Estupro.
- d) Crimes contra o sistema financeiro.

- e) Homicídio culposo.

**60.** Ocorre o flagrante compulsório quando:

- a) O agente é preso por ordem judicial.
- b) O agente é preso no cometimento da infração penal ou quando acabou de cometê-la.
- c) A prisão é efetuada pela autoridade policial ou por seus agentes.
- d) O agente é preso pelo próprio ofendido ou por qualquer do povo.
- e) Quando o agente é encontrado com objetos que façam presumir ser ele o autor de crime.

### **LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL**

**Fernando Bezerra**

**61.** No que concerne às disposições contidas na Lei de Contravenções Penais (Lei 3688/41), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não admite sujeição aos critérios de extraterritorialidade;
- b) Estabelece regra específica acerca da não punibilidade do conatus;
- c) Não admite pena privativa de liberdade da modalidade detenção;
- d) As regras gerais do Código Penal são aplicáveis à Lei de Contravenções Penais de forma subsidiária sempre que essa última não disponha de modo diverso;
- e) Em nenhuma hipótese, a pena pode deixar de ser aplicada na Lei de Contravenções Penais.

**62.** De acordo com a Lei 11.343/06 e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, analise as assertivas abaixo.

1. O crime de tráfico de drogas transnacional praticado nos Municípios que não sejam sede de vara federal, serão processados e julgados na vara federal da circunscrição respectiva.
2. A pena será aumentada de um sexto a dois terços quando caracterizado o tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal.



3. Compete ao juiz federal do local em que foi apreendida a droga remetida do exterior pela via postal processar e julgar o crime de tráfico internacional.

Assinale a alternativa correta

- a) Somente as alternativas 1 e 3 estão corretas.
- b) Somente as alternativas 2 e 3 estão corretas.
- c) Somente as alternativas 1 e 2 estão corretas.
- d) Somente a alternativa 1 está correta.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

**63.** De acordo com o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03), são competências do Sistema Nacional de Armas, EXCETO:

- a) cadastrar as apreensões de armas de fogo, com exceção das vinculadas a procedimentos policiais.
- b) identificar as modificações que alterem as características ou o funcionamento de arma de fogo.
- c) cadastrar as armas de fogo produzidas, importadas e vendidas no País.
- d) identificar as características e a propriedade de armas de fogo, mediante cadastro.
- e) cadastrar as autorizações de porte de arma de fogo e as renovações expedidas pela Polícia Federal.

**64.** Considerando o disposto na Lei n.º 9.099/1995, julgue as assertivas abaixo.

- 1. A revogação do benefício da suspensão condicional do processo será obrigatória quando o acusado vier a ser processado por outro crime ou não efetuar a reparação do dano sem motivo justificado.
- 2. A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- 3. Por razões de economia processual, a competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo local em que o crime se

consumou, ainda que o lugar em que foi praticada a infração penal seja distinto deste.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente 1 e 2 são verdadeiras.
- b) Somente 2 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente 1 e 3 são verdadeiras.
- e) Somente a 1 é verdadeira.

**65.** Sobre a tipificação do comportamento de condução coercitiva conforme estabelecido pela nova lei de abuso de autoridade (Lei 13.869/19), assinale a alternativa correta:

- a) Apenas abrange investigados;
- b) Exige que seja motivada por fundamento descabido, mas não abrange as hipóteses de ausência de prévia intimação de comparecimento;
- c) Alcança também as vítimas e testemunhas;
- d) Não exige dolo específico de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal;
- e) Nenhuma das respostas anteriores

**66.** Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa que contempla apenas assertivas INCORRETAS.

- I) O particular nunca pode praticar o delito de abuso de autoridade nem mesmo em concurso com um agente público.
- II) A Lei n. 13.869/19 preocupou-se em definir o significado da expressão autoridade, diferente da técnica manejada na antiga Lei n. 4.898/65, para que seja identificado o sujeito ativo do crime de abuso de autoridade.
- III) Os delitos de abuso de autoridade podem ser definidos como crimes próprios, mas excepcionalmente são encontradas modalidades comuns também.

Estão INCORRETOS os itens:

- a) Somente I e II.
- b) Somente II e III.
- c) Somente I e III.
- d) Somente o II.

e) Todos estão incorretos.

**67.** A conduta de promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa prevista no art. 2º da Lei n. 12.850/13 terá a sua pena aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), EXCETO:

- a) Se impedir ou embaraçar investigação de infração penal que envolva organização criminosa.
- b) Se há participação de criança ou adolescente.
- c) Se o produto ou proveito da infração penal destinar-se, no todo ou em parte, ao exterior.
- d) Se as circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade da organização.
- e) Se há concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal.

**68.** Acerca do crime do art. 305 do CTB, qual seja fuga do condutor do veículo do local do acidente de trânsito, julgue as afirmativas abaixo.

- I) O crime de fuga do local do acidente é considerado uma infração penal de menor potencial ofensivo.
- II) O crime de fuga do local do acidente admite qualquer pessoa tanto no polo ativo quanto passivo, apresentando, portanto, natureza duplamente comum, pois não exige nenhuma característica especial nem do autor nem da vítima.
- III) O tipo penal do art. 305 do Código de Trânsito Brasileiro viola a garantia constitucional de não autoincriminação.

Assinale a afirmativa correta.

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

**69.** De acordo com a Lei 13.964/19 e o regime de cumprimento de pena e progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados a hediondos, julgue os itens abaixo.

1. Poderá um condenado em crime hediondo cumprir sua pena em regime semiaberto, desde que preenchidos os requisitos legais, progredindo de regime após cumprimento de 50% da pena, se primário, e 60% da pena, se reincidente.

2. Poderá um condenado em crime hediondo cumprir sua pena em regime semiaberto, desde que preenchidos os requisitos legais, progredindo de regime após cumprimento de 2/5 da pena, se primário, e 3/5 da pena, se reincidente.

3. A progressão de regime se dará após o cumprimento de 50% da pena no caso de condenado pela prática de crime hediondo, com resultado morte, quando primário, no entanto estará vedado o livramento condicional.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente os itens 1 e 2 são verdadeiros.
- b) Somente os itens 1 e 3 são verdadeiros.
- c) Somente os itens 2 e 3 são verdadeiros.
- d) Somente o item 3 é verdadeiro.
- e) Somente o item 1 é verdadeiro.

**70.** Acerca das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) e a Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/98), julgue as assertivas a seguir.

I. O crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência é inafiançável;

II. O descumprimento das medidas protetivas de urgência não enseja a configuração de nenhum tipo penal autônomo na legislação brasileira, mas permite decretação de prisão preventiva pelo juiz ou delegado em casos de urgência;

III. A ação penal pelo crime de lavagem de dinheiro vem subsidiada em uma justa causa duplicada, pois deve indicar além dos indícios de materialidade e autoria referentes ao crime objeto da denúncia, como também da infração antecedente;

Assinale a sequência correta.

- a) F, F, V.
- b) F, V, F.
- c) V, F, F.
- d) V, F, V.

e) V, V, F.

**71.** Acerca da Lei de Drogas (Lei 11.343/06), Lei de Organização Criminosa (Lei 12.850/13) e os entendimentos dos Tribunais Superiores, analise as alternativas abaixo.

1. É pacífico o entendimento no sentido de que o tipo penal previsto no art. 2º, §1º, qual seja crime de embaraçar investigação, define conduta delituosa que abrange apenas a fase inquisitorial.
2. Serão apenados com pena de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, tanto quem promove organização criminosa, quanto quem, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa.
3. As majorantes previstas no art. 40 da Lei 11.343/06 impõem como consequência o acréscimo na pena de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços).

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente os itens 1 e 2 são verdadeiros.
- b) Somente os itens 1 e 3 são verdadeiros.
- c) Somente os itens 2 e 3 são verdadeiros.
- d) Somente o item 3 é verdadeiro.
- e) Nenhum dos itens são verdadeiros.

**72.** De acordo com a Lei de Organização Criminosa – Lei n. 12.850/13, a infiltração de agentes:

- a) se trata de uma técnica de investigação preliminar onde o agente infiltrado se torna imune à responsabilidade criminal.
- b) será autorizada pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que comprovada sua necessidade.
- c) terá seu pedido de infiltração sigilosamente distribuído, de forma a não conter informações que possam indicar a operação a ser efetivada ou identificar o agente que será infiltrado.
- d) será decidida pelo juiz competente no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após manifestação do Ministério Público na hipótese de representação do delegado de polícia, devendo-se adotar as medidas necessárias para o êxito das investigações e a segurança do agente infiltrado.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

**73.** Acerca da Lei de Crimes Hediondos, o crime de homicídio e o entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens abaixo.

1. O crime de homicídio sempre é considerado hediondo.
2. O crime de homicídio qualificado é sempre considerado hediondo.
3. O crime de homicídio simples sempre será considerado hediondo.
4. O crime de homicídio híbrido é classificado como hediondo.

Assinale a assertiva correta.

- a) Somente o item 2 é verdadeiro.
- b) Somente os itens 1 e 2 são verdadeiros.
- c) Somente os itens 3 e 4 são verdadeiros.
- d) Somente os itens 2 e 4 são verdadeiros.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

**74.** Sobre o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) e figura do agente disfarçado, julgue os itens subsequentes.

1. O Estatuto do Desarmamento elegeu como objetos materiais as armas, munições e acessórios;
2. O agente disfarçado inclui-se no grupo criminoso como se fosse um dos seus integrantes com o objetivo de levantar informações e dados que auxiliem na investigação do esquema delituoso.
3. Agente disfarçado submete-se às mesmas regras do agente infiltrado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente os itens 2 e 3 são verdadeiros.
- b) Somente os itens 1 e 3 são verdadeiros.
- c) Somente o item 3 é verdadeiro.
- d) Somente os itens 1 e 2 são verdadeiros.
- e) Nenhum dos itens são verdadeiros.

**75.** Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90) e o entendimento atual dos

Tribunais Superiores, considere as seguintes afirmativas:

1. A garantia da prioridade compreende preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
2. O conselho tutelar possui competência para promover e realizar o acompanhamento das ações de destituição do poder familiar.
3. O médico que deixar de comunicar à autoridade competente acerca dos maus-tratos realizados contra a criança, terá sua conduta constituída em crime culposo com pena de detenção.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- e) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.

## CRIMINOLOGIA

Beatriz Pestilli

**76.** Considerando que o controle social pode ser entendido como o conjunto de meios, órgãos e estratégias que objetivam submeter os indivíduos às regras sociais, analise os seguintes agentes de controle:

- I. Polícia Civil
- II. Sistema de Justiça Criminal
- III. Família
- IV. Sistema de Administração Penitenciária

Assinale a alternativa que relacione somente agentes de controle formal:

- a) I, II e III.
- b) I e II apenas.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II e IV apenas.

**77.** Considerando os ensinamentos da chamada Estatística Criminal, julgue as afirmações abaixo:

I. A cifra negra, também chamada de subnotificação ou criminalidade oculta, é a diferença existente entre a criminalidade real e a criminalidade revelada.

II. A cifra cinza corresponde ao número de erros judiciais, ou seja, de decisões judiciais incompatíveis com a realidade dos fatos.

III. A cifra amarela é uma espécie de cifra negra relacionada à violência policial não denunciada.

IV. A cifra dourada é uma espécie de cifra negra relacionada aos crimes do colarinho branco e outros crimes das elites sociais não comunicados e não punidos.

Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.
- b) Somente as alternativas I e II são verdadeiras.
- c) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.
- d) Somente as alternativas III e IV são verdadeiras.
- e) As alternativas I, II e IV são verdadeiras.

**78.** O pensamento criminológico moderno é influenciado por uma visão de cunho funcionalista e uma de cunho argumentativo, que possuem, como exemplos, a Teoria da Anomia e a Teoria da Rotulação, respectivamente. Neste sentido, julgue os itens a seguir:

I. A rotulação advém somente das instâncias formais de controle, sendo verificada na definição de “criminoso” ou “egresso”.

II. A Teoria do Labelling Approach explica o processo de estigmatização realizado pelo sistema de encarceramento penal.

III. A rotulação advém tanto das instâncias formais de controle, quanto dos sistemas de controle informal, sendo verificada, por exemplo, na definição de “ovelha negra da família” ou “estudante difícil”.

IV. Para a Teoria do Etiquetamento os indivíduos rotulados nunca assumem o papel imposto pela sociedade, entrando em conflito constante com o sistema.

Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.
- b) Somente as alternativas II e III são verdadeiras.

- c) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.
- d) Somente as alternativas I e II são verdadeiras.
- e) As alternativas I, II e III são verdadeiras.

**79.** Sobre vítima, vitimologia e vitimização, julgue as afirmações abaixo:

I. O conceito de vítima correspondente ao sujeito passivo que sofre as consequências de um crime é do Direito Penal, enquanto que para a Vitimologia, corresponde a toda pessoa física ou jurídica e ente coletivo prejudicado pela conduta humana que constitua infração penal ou não, desde que o ato seja uma agressão a um direito fundamental.

II. A vitimização primária, também chamada de revitimização, é decorrente do tratamento ruim dado à vítima nas instâncias de controle formal.

III. A vitimização secundária é decorrente do próprio delito, consequência direta do crime.

IV. Periculosidade Vitimal corresponde ao comportamento inadequado da vítima que facilita, instiga ou provoca a ação do criminoso, expondo-se indevidamente a situações desnecessárias de perigo.

Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I, II e III são verdadeiras.
- b) Somente as alternativas II e III são verdadeiras.
- c) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.
- d) Todas as alternativas são verdadeiras.
- e) Nenhuma alternativa é verdadeira.

**80.** Com base nas teorias macrosociológicas da criminalidade, considere as afirmações abaixo:

I. A Teoria da Associação Diferencial entende que o comportamento criminoso pode ser aprendido por um processo de identificação, em que o indivíduo imita uma conduta delitiva, após se identificar com personagens violentos da ficção.

II. A Teoria da Identificação Diferencial entende que o comportamento criminoso pode ser aprendido por um processo de interação social, em que o indivíduo imita uma conduta delitiva, após vivenciá-la no processo social.

III. A Escola de Chicago prioriza a ação preventiva à atuação estatal repressiva e originou teorias como Janelas Quebradas e Tolerância Zero, implementadas com base no Direito Penal Máximo e originárias do pensamento de Neorretribucionismo Penal ou Realismo de Direita.

IV. O pensamento criminológico de conflito fundamentou teorias como Labelling Approach e Teoria Radical, implementadas com base no Direito Penal Mínimo e originárias do pensamento de Realismo de Esquerda.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.
- b) Somente as alternativas II e III são verdadeiras.
- c) Somente as alternativas I e II são verdadeiras.
- d) Somente as alternativas II e IV são verdadeiras.
- e) Somente as alternativas III e IV são verdadeiras.

## **DIREITO CIVIL**

**Lhais Hamid**

**81.** Todo aquele que causar um dano a outrem, pela prática de um ato ilícito, fica obrigado, nos termos da legislação pátria, a repará-lo. Diante da afirmativa, pode-se afirmar que:

- a) o incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- b) o direito de exigir reparação se transmite com a herança, mas a obrigação de prestá-la não.
- c) o empregador não é responsável pela reparação civil por seus empregados, serviços e preposta, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- d) mesmo se conseguir provar a culpa da vítima ou força maior, o dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado.
- e) a responsabilidade civil não depende da responsabilidade criminal, em nenhuma hipótese.

**82.** São pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) Os partidos políticos.

- b) As ONG's.
- c) Os Estados estrangeiros.
- d) As autarquias, inclusive as associações públicas.
- e) As associações.

**83.** Acerca do assunto "prescrição", indique a opção correta:

- a) prescreve em três anos a pretensão de reparação civil.
- b) prescreve em dois anos a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.
- c) prescreve em um ano a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
- d) prescreve em quatro anos a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- e) NDA.

**84.** Sobre o Direito das Coisas, assinale a alternativa correta.

- a) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias úteis; não lhe assiste o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias.
- b) Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- c) Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante 02 (dois) anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.
- d) O possuidor não pode intentar a ação de esbulho, ou a de indenização, contra o terceiro, que recebeu a coisa esbulhada.
- e) O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, cinco anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.

**85.** Sempre que o possuidor tiver sua posse esbulhada, poderá se socorrer do judiciário para ser

- a) mantido de posse.
- b) conservado na posse.
- c) restituído na posse.
- d) declarada a usucapião do bem
- e) salvaguardado em sua posse.

## **DIREITOS HUMANOS**

**Ricardo Torques**

**86.** Os direitos humanos são construídos com o tempo e alguns marcos podem ser verificados quanto à sua afirmação histórica. Sobre o tema e sobre as características de tais direitos, assinale a alternativa correta:

- a) A doutrina considera que o Bill of Rights (1689) é a primeira carta de direitos.
- b) Todos os direitos humanos podem sofrer limitações para que se adequem a outros valores existentes na ordem jurídica.
- c) A indivisibilidade dos direitos humanos é uma criação doutrinária e não conta com previsão ou referência em tratados internacionais.
- d) Os direitos de segunda geração (ou dimensão) apresentam como marco jurídico a Constituição Mexicana de 1917 e a Constituição de Weimar de 1919.
- e) Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, buscou-se uma maior proteção dos trabalhadores e, assim, foi criada a Organização Internacional do Trabalho.

**87.** A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas como uma norma a ser alcançada por todos os povos e nações. Com base na DUDH, assinale a alternativa correta sobre os direitos assegurados:

- a) A Declaração Universal foi proclamada por meio da Resolução 217 da Assembleia Geral e entende-se majoritariamente que não é dotada de força vinculante.

b) A DUDH garante que todo ser humano tem direito de ser reconhecido como cidadão perante a lei.

c) Todos são iguais perante a lei e têm direito a igual proteção, respeitadas as distinções estabelecidas. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação, cabendo à legislação interna dispor situações excepcionais nos quais podemos admitir incitamento à discriminação em face da liberdade de expressão.

d) Os direitos e deveres previstos na Declaração dizem respeito apenas ao indivíduo, sem qualquer menção à comunidade.

e) Em razão do momento histórico vivido quando de sua proclamação, a Declaração Universal focou primordialmente na integridade física do indivíduo, abdicando de previsões quanto à sua vida cultural.

**88.** A Constituição Federal positiva vários direitos humanos em seu texto e, em razão da dinâmica social, os Tribunais Superiores são instados a pronunciar-se sobre a adequada interpretação e extensão do texto constitucional e infraconstitucional. Desse modo, assinale a alternativa correta:

a) É inconstitucional a Lei nº 12.990/2014 que reserva a pessoas negras o equivalente a 20% das vagas oferecidas em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos por ofensa direta ao Princípio da Isonomia.

b) Ao julgar constitucional o sistema de reserva de vagas com base em critério étnico-racial no processo de seleção para ingresso em instituição pública de ensino superior, o Supremo Tribunal Federal entendeu que tal sistema pode ser utilizado indiscriminadamente ao longo do tempo.

c) É inconstitucional a lei distrital que prevê que 40% (quarenta por cento) das vagas das universidades e faculdades públicas do Distrito Federal serão reservadas para alunos que estudaram em escolas públicas do próprio DF.

d) Visando a igualdade material, o Superior Tribunal de Justiça entende que o portador de visão monocular e o portador de surdez unilateral

se qualificam para concorrer às vagas reservadas para deficientes em concursos públicos.

e) Em respeito ao Princípio da Isonomia, o STF entende inconstitucional a instituição de piso salarial regional.

**89.** Os tratados internacionais sobre direitos humanos podem apresentar diferentes graus hierárquicos conforme o procedimento adotado para a sua incorporação à ordem interna. Assinale a alternativa que apresenta o procedimento acrescentado pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004:

a) Os tratados internacionais de direitos humanos aprovados com o quórum qualificado previsto no art. 5º, §3º da Constituição Federal são considerados como emendas constitucionais propriamente ditas.

b) A Constituição Federal prevê expressamente que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos devem ser aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros para que apresentem status supralegal.

c) Caso o tratado ou convenção internacional sobre direitos humanos não atinja o quórum previsto na Constituição, será incorporado com força normativa de lei complementar.

d) A Constituição Federal estabelece que só será reconhecida a natureza supralegal dos tratados internacionais aprovados após a vigência da Emenda Constitucional nº 45 de 2004.

e) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados pelo mesmo processo legislativo previsto para a aprovação das propostas de emendas constitucionais serão a elas equivalentes.

**90.** Sobre o processo de incorporação dos tratados internacionais à ordem jurídica, assinale a alternativa correta:

a) A assinatura de um tratado internacional pelo Presidente da República gera, por si só, a incorporação do diploma à ordem jurídica interna.

b) A competência para celebrar tratados, convenções e atos internacionais compete

privativamente ao Presidente da República, mas este poderá delegar tal competência aos Ministros de Estado, em especial ao Ministro das Relações Exteriores, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, quando estes estiverem em missão internacional sob delegação do Chefe do Executivo.

c) A República Federativa do Brasil, quanto vinculação interna e jurídica do Estado, adotou o modelo de duplicidade de vontades.

d) Todo tratado, acordo ou ato internacional deve ser aprovado também pelo Parlamento brasileiro.

e) A doutrina dominante entende que o Brasil adotou o modelo de unicidade de vontade.

## INFORMÁTICA

Ranielison dos Passos

91. Nas distribuições Linux, as principais bibliotecas de sistema e os arquivos de configuração ficam armazenados, respectivamente, nos diretórios:

- a) /lib e /etc
- b) /bib e /cfg
- c) /bib e /etc
- d) /lib e /scr
- e) /lib e /cfg

92. NÃO é um sistema de arquivos suportado pelo Linux:

- a) JFS.
- b) XFS.
- c) LNX.
- d) FAT.
- e) NTFS.

93. No aplicativo Calc, versão em português e instalação padrão, se o conteúdo =B1+C1 da célula A1 for recortado e colado na célula A5, esta última deverá ficar com o conteúdo

- a) =B5+C5
- b) =B1+B5
- c) =C1+C5

d) =B1+C5

e) =B1+C1

94. Um delegado de polícia está digitando um relatório no Open Office LibreOffice Writer.



O acionamento dos botões e , respectivamente, como significados:

- a) diminuir recuo e ativar/desativar alinhamento automático.
- b) diminuir recuo e ativar/desativar marcadores.
- c) aumentar recuo e ativar/desativar numeração.
- d) diminuir recuo e ativar/desativar numeração.
- e) aumentar recuo e ativar/desativar marcadores.

95. No Google Chrome é possível adicionar e gerenciar extensões para se ter acesso a recursos e funcionalidades, além do que já é disponibilizado por padrão. Para acessar a área em que é possível habilitar ou desabilitar as extensões já instaladas ou obter novas extensões, digita-se na linha de endereço do navegador:

- a) config://extensions
- b) chrome://extensions
- c) root://plug-ins
- d) root://extensions
- e) chrome://plug-ins

## MEDICINA LEGAL

Paulo Bilyskyj

96. Nas grandes cidades, são muito frequentes os casos de mulheres que são importunadas sexualmente no transporte público, por esse motivo foi inserido no Código Penal o art. 215-A, chamado de "importunação sexual". Nesse artigo, pode ser enquadrado o ato criminoso de esfregar os órgãos genitais sem o consentimento da vítima. Na sexologia forense, esse ato pode ser oriundo do transtorno sexual chamado de:

- a) Necrofilia.
- b) Pigmalianismo.



- c) Frotteurismo.
- d) Dolismo.
- e) Coprofilia.

**97.** As drogas psicolépticas, ao contrário das drogas psicoanalépticas, são substâncias que deprimem o sistema nervoso central. Temos como exemplo de droga psicoléptica:

- a) Cocaína.
- b) Morfina.
- c) Crack.
- d) Merla.
- e) Freebasing.

**98.** São instrumentos com grande massa que transferem sua energia cinética geralmente por um gume não afiado, agindo por pressão. As lesões geralmente são profundas, graves e mutilantes. Referidos instrumentos produzem lesões:

- a) Perfuro-contusas.
- b) Corto-contundentes.
- c) Perfuro-incisas.
- d) Perfuro-cortantes.
- e) Corto-contusas.

**99.** Nas mortes por calor, pode ser observada a presença de uma marca enegrecida na árvore respiratória em decorrência da aspiração de fuligem:

- a) Sinal de Chambert.
- b) Sinal de Christinson.
- c) Sinal de Montalti.
- d) Sinal de Devergie.
- e) Sinal de Benassi.

encostado.

**100.** A Tanatognose é o ramo da Tanatologia Forense que estuda, em linhas gerais, o diagnóstico da realidade da morte. Destarte, caberá ao profissional observar dois tipos de fenômenos cadavéricos, quais sejam: os abióticos,

avítais ou vitais negativos, tanto imediatos quanto consecutivos; e os transformativos, sejam eles destrutivos ou conservadores. Em outras palavras, se houve morte, tais fenômenos se farão presentes.

Estão entre os fenômenos abióticos consecutivos, EXCETO:

- a) Desidratação cadavérica.
- b) Maceração.
- c) Livor mortis.
- d) Algor mortis.
- e) Rigor mortis.

# Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PC-PR-11-07>

## Conheça nosso sistema de questões!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!*



## Conheça nossos cursos

[Cursos para Delegado da PCPR](#)